

O “ciclo de violência contra a mulher” enquanto um artefato educativo: currículo e pedagogia cultural na fronteira Brasil-Bolívia

Garcia, Cristiane Maria de Jesus ¹

Duque, Tiago ²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o currículo e a pedagogia cultural do artefato “Ciclo de Violência contra a Mulher”. O referido artefato é compreendido como um produto cultural possível de ser inteligível em termos contextuais, representacionais e por meio de relações de poder. A metodologia utilizada é a qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com seis mulheres moradoras da região de fronteira Brasil/Bolívia. O resultado aponta que o conteúdo do artefato focado é verídico na percepção das mulheres e para o quanto o que ele ensina está demandando atualizações em termos de representação da própria mulher enquanto vítima. A pedagogia da violência contra a mulher que o artefato faz circular enquanto conhecimento foi possível de ser acessada também porque, em termos teórico-metodológicos, em uma perspectiva pós-crítica, este estudo reconhece a importância do lugar de corpo da pesquisadora principal e buscou contextualizar e não generalizar as prospeções dadas em entrevistas pelas participantes.

Palavras-chave: currículo; pedagogia cultural; violência; mulher.

The 'cycle of violence against women' as an educational artifact: curriculum and cultural pedagogy on the Brazil-Bolivia border

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the curriculum and cultural pedagogy of the artifact “Cycle of Violence against Women”. The aforementioned artifact is understood as a cultural product that can be intelligible in contextual, representational terms and through specific power relations. The methodology used is qualitative, with semi-structured interviews with six women living in the Brazil/Bolivia border region. The result indicates that the content of the artifact in question is true in the perception of women and that what it teaches in

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: crissm.mariaa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5044995919496985>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5850-1725>.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Campo Grande) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGEDU-FAED) e do Campus do Pantanal (PPGE-CPAN). Email: duque_hua@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5923842290182625>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1831-0915>.

pedagogical terms is demanding updates in terms of the representation of women themselves as victims. The pedagogy of violence against women that the artifact circulates as knowledge was also possible to access because, in theoretical-methodological terms, in a post-critical perspective, this study recognizes the importance of the main researcher's body position and sought to contextualize and not generalize the prospectations given in interviews by the participants.

Keywords: curriculum; cultural pedagogy; violence; women.

El “ciclo de violencia contra las mujeres” como artefacto educativo: currículo y pedagogía cultural en la frontera Brasil-Bolivia

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar el currículo y la pedagogía cultural del artefacto “Ciclo de Violencia contra las Mujeres”. El es entendido como un producto que puede ser inteligible en términos contextuales, representacionales y a través de relaciones de poder. La metodología utilizada es cualitativa, con entrevistas semiestructuradas a seis mujeres residentes en la región fronteriza Brasil-Bolivia. El resultado apunta a que el contenido es cierto en la percepción de las mujeres y en la medida en que lo que enseña está demandando actualizaciones en cuanto a la representación de las propias mujeres como víctimas. Fue posible acceder a la pedagogía de la violencia a la que el artefacto hace circular como conocimiento porque, en términos teórico-metodológicos, en una perspectiva poscrítica, este estudio reconoce la importancia de la posición corporal de la investigadora principal y buscó contextualizar y no generalizar las perspectivas dadas en las entrevistas.

Palabras clave: curriculum; pedagogía cultural; violencia; mujeres.

INTRODUÇÃO

“A expressão violência contra as mulheres contribui para a compreensão de que as mulheres são o alvo de uma determinada violência simplesmente por serem mulheres”.

Maria Amélia de Almeida Teles

Segundo dados atuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuário Brasileiro, 2024), o país registrou um crescimento de violência contra as mulheres em todas as modalidades (psicológicas, tentativa de homicídio, ameaças etc.). Segundo o mesmo fórum, o estado de Mato Grosso do Sul (MS) tem o segundo maior índice de feminicídio entre os estados brasileiros. Essa violência tem ligação direta com relações de poder constituídas por vários marcadores sociais da diferença que não apenas gênero, como os de classe, raça e sexualidade (Fernandes; Junqueira, 2021). O movimento feminista atuou e vem atuando fortemente para criar, implementar e avaliar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Parte da legislação de enfrentamento dessa violência pode ser considerada uma conquista feminista (Oliveira, 2011, S/P). Do ponto de vista teórico, também é sabido o quanto acadêmicas e/ou ativistas elaboraram perspectivas sobre essa violência (Ramos; Oltramari, 2010; Piscitelli, 2008).

Um dos marcos dessas conquistas é a Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha (Brasil, 2006). Essa lei apresenta em seus artigos informações sobre o enfrentamento, prevenção e punição à violência doméstica contra as mulheres. Nela estão tipificados cinco tipos de violência, que são organizados no “Ciclo da Violência contra a Mulher” (Brasil, 2015). Essas violências são apresentadas em fases do ciclo que são divulgadas em cartilhas, folhetos, cartazes, vídeos e desenhos em diferentes meios de comunicação, eventos da sociedade civil, igrejas e instituições públicas e privadas. O referido ciclo possibilita às mulheres conhecer e identificar essas violações de direitos em suas relações afetivas e na representação das fases dos tipos de violência: psicológica, verbal, sexual, patrimonial e física.

O ciclo aparece sempre em forma de uma imagem circular, com versões coloridas e outras não, com alguns poucos desenhos que lembrem a identificação da fase, mas sem qualquer padronização. Em termos informacionais, ele “começa com a fase da tensão, em que as raivas, insultos e ameaças vão se acumulando. Em seguida, vem a fase da agressão, com o descontrole e uma violenta explosão de toda a tensão acumulada” (Brasil, 2015, p. 14). Na sequência, chega a fase de fazer as pazes, identificada como “lua de mel”. Nessa fase “ele [o homem] pede perdão e promete mudar de comportamento, ou então finge que nada aconteceu, mas fica mais calmo e carinhoso e a mulher acredita que aquilo não vai mais acontecer” (Brasil, 2015, p. 14).

Nesse artigo, o ciclo de violência contra a mulher é compreendido enquanto um artefato educativo, isto é, um produto cultural possível de ser inteligível em termos contextuais, representacionais e produzido por meio de relações de poder específicas, que fazem com que contenha currículo e

pedagogia cultural – conteúdos específicos e certo modo de fazer circular esses conteúdos (Sabat, 2001; Steinberg, 1997). Ele é tanto um dispositivo de governamentalidade (Foucault, 2005, 2008) como de uma certa perspectiva feminista – afinal, como já foi dito, sua produção e circulação são frutos do movimento social protagonizado por mulheres (Debert; Gregori, 2008). Nesse sentido, enquanto um artefato, ele possui currículo e pedagogia, portanto, traz um conteúdo e certo modo de ensinar esse conteúdo que, para nós, não está dado de forma universal ou generalizada; por isso, é fundamental estudá-lo contextualmente situado e pela área Educação. Utilizamos, principalmente, uma perspectiva pós-crítica, em que o sujeito não é visto de forma generalizada e universal, assim como nos atentamos aos micropoderes em que ele se insere, sem aderirmos a metanarrativas (Paraíso, 2018; Meyer; Paraíso, 2014).

Dito isso, a pergunta que este artigo busca responder é: qual o currículo e a pedagogia cultural do artefato “Ciclo de Violência contra a Mulher”? Ao problematizarmos esse tema, partimos do pressuposto que, diferente do currículo e da pedagogia das instituições de ensino, o artefato aqui em questão tem uma pedagogia e um currículo diferenciados pelos recursos econômicos e tecnológicos que eles mobilizam, além do apelo afetivo, que tanto mais será eficaz quanto mais inconsciente for (Silva, 1999). Para isso, dividimos este artigo em três partes. Em um primeiro momento, apresentamos o artefato e o contexto em que a pesquisa se desenvolveu, isto é, onde moram as mulheres entrevistadas e quem são elas. Em um segundo momento, analisamos os aspectos curriculares do artefato em questão. Posteriormente, em um terceiro momento, analisamos os seus aspectos pedagógicos. Essa separação é puramente analítica, sendo, na prática da experiência educativa, currículo e pedagogia cultural coisas que ocorrem concomitantemente. Por fim, concluímos retomando a pergunta anteriormente apresentada para buscar respondê-la.

O artefato cultural e as entrevistas na fronteira

Este estudo, ao ser localizado na fronteira Brasil-Bolívia, apresenta dados específicos em termos de experiências e percepções em contexto particular. Não se trata de diferenciar as interlocutoras entrevistadas a ponto de exotizá-las, tampouco considerar suas respostas de modo generalizado ou universal. Aqui, ao situá-las, queremos contextualizar as respostas possíveis às perguntas feitas – o que, independentemente do contexto fronteiriço, deve ser feito com outras interlocutoras de pesquisas, inclusive de outras temáticas. Dito de outro modo, reforçamos que, se não são os sujeitos que têm experiências,



mas são as experiências que produzem sujeitos (Scott, 2012), precisamos considerar localidades, temporalidades e biografias quando trabalhamos com entrevistas ou outras práticas metodológicas envolvendo seres humanos.

A região fronteiriça onde se localiza este estudo é composta por duas cidades pantaneiras e brasileiras: Ladário e Corumbá. A primeira, conforme os dados do Censo (IBGE, 2022), possui 21.522 habitantes; já a segunda tem 96.268 habitantes. Em 2010, elas possuíam a mesma taxa de escolarização entre jovens de 6 a 14 anos: 94,7%. Em relação ao PIB per capita em 2021, Ladário tinha o valor de R\$ 15.963,35, enquanto Corumbá o montante era de R\$ 34.684,48. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2022 foi de 2,6 salários mínimos em Corumbá. Já em Ladário foi 4,3 salários mínimos. Considerando questões histórico-culturais e políticas, as duas cidades são marcadas por forte presença de brasileiros militares e suas famílias, assim como pessoas de origens étnico-raciais africanas, bolivianas e paraguaias, além das de origem europeia e do sudoeste asiático.

As entrevistas foram feitas pela autora principal deste artigo, que foi assessora e educadora social da Gerência de Políticas Públicas para a Mulher, e do Centro de Referência a Mulher em Situação de Violência Doméstica (CRAM), da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Corumbá, frente a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Também atuou como professora de Geografia para a Educação Básica nos dois municípios por mais de cinco anos.

Assim, ao se tratar de um artefato educativo, este estudo reforça que esse e outros artefatos não têm significados únicos, fixos e intocáveis, seu significado depende do que eles significam em determinado contexto. Ao mesmo tempo, sabemos que ele, enquanto um artefato, faz parte dos mapas conceituais compartilhados que formam a cultura (Hall, 2016), seja local ou nacional, nos termos em que foi estudado. Com isso, entende-se que as relações e o poder que envolvem a produção, circulação e o que há de curricular e pedagógico nos artefatos também precisam ser considerados contextualmente, pois se trata de um aprendizado não escolarizado, mas em que o poder se exercita (Steinberg, 1997). Sabemos ainda que o artefato é uma construção analítica, dependente de recortes e escolhas que o constituam como algo que deva ser estudado na perspectiva aqui adotada. Dito de outro modo, “não são as pessoas que são analisadas, mas sim os artefatos que elas produzem ou estão em interação [...]” (Duque, 2024).

Ao propormos entrevistas centradas no artefato em questão, estamos cientes que o tema da violência contra as mulheres é “uma das manifestações mais extremas e perversas da desigualdade de gênero” (Bernardino *et al.*,

2016, p. 741), sendo essa experiência resultado das relações de poder e um "importante fenômeno social e de violação dos direitos humanos, impactando significativamente no processo saúde-doença e na perspectiva de vida das mulheres" (Bernardino *et al.*, 2016, p. 741). Contudo, ter sido vítima de violência por ser mulher não foi um critério na seleção das entrevistadas; mesmo assim, todas elas foram entrevistadas em um ambiente seguro e acolhedor, que elas puderam escolher.

A seleção das mulheres entrevistadas deu-se por indicação. A primeira a ser entrevistada indicou a entrevistada seguinte, e assim sucessivamente uma indicou a outra. Nesse processo, a entrevista é entendida como uma forma de interação. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca levantar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008). Nem por isso a relação com as entrevistadas manteve-se totalmente assimétrica. Mesmo porque a autora principal deste artigo, ao realizar as entrevistas com outras mulheres, moradoras da mesma região, enquanto mãe e heterossexual, permitiu momentos em que, sem perder o foco do estudo, pôde ouvir e questionar as entrevistadas a partir de suas próprias experiências, reorganizando posturas de entrevistadora e entrevistadas no sentido de compartilhar, muitas vezes, das mesmas percepções em relação ao tema em foco aqui.

As entrevistas foram do tipo semiestruturada, "não engessadas", por permitirem uma maior exploração do tema durante a interação, dando a quem fazia as perguntas autonomia para desenvolver cada situação em qualquer direção que considerasse adequada ante o objetivo traçado. Esse tipo é considerado apropriado aqui pela oportunidade que oferece de explorar mais amplamente uma questão (Lakatos; Marconi, 2003). Nota-se que aqui se trata de uma pesquisa qualitativa (Oliveira, 2016).

Antes de iniciar as entrevistas, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, era perguntado se tinham alguma dúvida. Sem que houvesse dúvidas, ou com elas esclarecidas, pedia-se para que as entrevistadas assinassem o termo, e uma cópia do mesmo era entregue a elas. Foi informado que a gravação seria guardada por cinco anos e depois descartada. Elas foram informadas que poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e compreenderam que poderiam responder só às perguntas da sua escolha. E, por fim, foi informado que não haveria recompensa financeira para as entrevistadas. As entrevistas foram gravadas pelo gravador do celular da entrevistadora.

As interlocutoras selecionadas têm idade acima de 18 anos, são de raça, etnia, nacionalidade, religião, escolaridade e orientação sexual diferentes. Para

manter o anonimato das entrevistadas, foi solicitado para cada uma escolher um nome fictício. Após a escolha do nome, perguntou-se o porquê dessa escolha. Das seis mulheres entrevistadas, quatro mencionaram com tristeza nomes de mulheres que já sofreram violência; uma dessas mulheres foi até assassinada pelo marido. As outras duas escolheram nomes relacionados a um fato ocorrido em suas vidas um tempo atrás e que não tinha relação com o tema deste estudo. As entrevistas foram realizadas presencialmente na residência de três delas, e as outras três foram na residência da entrevistadora. A seguir apresentamos as entrevistadas com informações que as diferenciam, mas não as identificam. Elas são citadas aqui na ordem em que deram as entrevistas.

Renata: 40 anos, moradora do município de Corumbá. De acordo com a autodeclaração, é de cor parda. Seu estado civil é divorciada, tem dois filhos. Sua religião é a católica. Tem curso superior completo, com especialização. Trabalha como servidora pública concursada.

Joana: 32 anos, moradora do município de Corumbá. Segundo a autodeclaração, é de cor parda. Estado civil é solteira, não tem filhos. Sua religião é a evangélica. Tem curso superior completo com especialização. Trabalha como servidora pública contratada.

Francisca: 51 anos de idade, moradora do município de Corumbá. Segundo a autodeclaração, é de cor parda. Seu estado civil é divorciada, tem duas filhas. Sua religião é a católica. Tem o Ensino Médio completo. Trabalha como babá na casa de uma família.

Lena: 65 anos, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é de cor parda. Seu estado civil é divorciada, tem dois filhos. Sua religião é a umbanda. Tem o Ensino Médio completo, ressaltou que conseguiu terminar os estudos há mais ou menos uns quatro anos atrás. Recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Lúcia: 50 anos de idade, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é de cor parda. Seu estado civil é solteira, tem duas filhas. Sua religião é católica. Tem o Ensino Médio completo. Trabalha como artesã.

Bruna: 37 anos de idade, moradora do município de Ladário. Segundo a autodeclaração, é de cor parda. Seu estado civil é divorciada, tem uma filha. Sua religião é católica. Tem Ensino Superior completo. Trabalha como servidora pública municipal contratada.

Considerando que o foco deste estudo é um artefato, para as entrevistas foi levado o desenho impresso em preto e branco com o Ciclo da Violência, mas sem as fases, e uma outra versão, com as fases e coloridas. Essa versão

era a de uma cartilha do programa "Mulher viver sem violência", da Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal do ano de 2015 (Brasil, 2015). Essas duas versões do mesmo artefato foram usadas de diferentes formas durante as entrevistas, seja para lembrar as entrevistadas sobre o artefato, seja para que elas interagissem com eles quando respondessem. Isso ficará mais detalhado na seção seguinte deste artigo.

O fato de a pesquisadora ser uma mulher fez diferença em termos metodológicos. Isso permitiu que as mulheres entrevistadas se sentissem mais à vontade para responder às perguntas e, ao mesmo tempo, em alguns momentos durante as entrevistas, foi possível acrescentar relatos da experiência da entrevistadora diante dessa temática para que as respostas fossem aprofundadas pelas interlocutoras. Inegavelmente essa experiência da entrevistadora também contribuiu de certa forma para a análise dos dados, visto que não somos pesquisadores descontextualizados das nossas atuações profissionais anteriores à pesquisa. Dito de outro modo, atentar-se ao "lugar de corpo" da pesquisadora, sem substituir a noção de lugar de fala, possibilita multiplicar as estratégias de se perceber em meio às produções de identidades e diferença (Duque, 2020).

Aspectos curriculares do ciclo de violência contra a mulher

Segundo os estudos de Lins (2020), no relato das agressões sofridas por algumas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, observaram-se dois pontos. O primeiro é que muitas delas não têm a percepção de que, além de sofrer a violência física, também vêm sofrendo os outros tipos de violência contra a mulher. O segundo ponto é a presença da explanação da dor causada ao ouvir as ofensas e insultos proferidos pelos seus agressores, a recorrência das humilhações, ficando claro o quão nociva é a violência psicológica.

Entendemos com isso que, em termos de gênero, infelizmente há uma inteligibilidade que passa por questões hierárquicas entre "os sexos", mas, ao mesmo tempo, essa inteligibilidade é cultural e histórica, portanto, em transformação. Dito de outro modo, o gênero, seja da mulher ou do homem, é fruto de performances (atos repetitivos) de determinadas normas que colocam "os sexos" como pré-discursivos, ainda que – como sabemos – seja, antes de tudo, uma experiência cultural (Butler, 2003). O currículo que analisamos aqui busca, na sua intencionalidade, ser governamental ou não, interferir nessa inteligibilidade do "sexo feminino" como alvo de violência – em muitas situações, do "sexo masculino".



Nessa pesquisa desenvolvida na fronteira Brasil-Bolívia, parte das interlocutoras assumiu não conhecer o conteúdo do ciclo de violência contra a mulher ou apenas depois de visualizarem o artefato levado para a entrevista afirmou lembrar do que se trata. Mesmo aquelas que não lembram de imediato, conforme discutiremos nas próximas páginas, indicam o quanto os significados que compartilham em termos do enunciado "Ciclo de violência contra a mulher", certamente, "organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos" (Hall, 2016, p. 20). Bruna falou do momento em que conheceu o artefato: apenas quando começou a estudar para ser assistente social. Ao ter contato com o conteúdo curricular do artefato, ela concluiu: "foi onde ampliou o meu conhecimento, a minha visão, e eu cheguei à conclusão de que eu sofri uma parte, eu vivi uma parte desse ciclo, só que ele foi quebrado, não chegou até a violência física, mas uma parte da psicológica sim". Ainda que Bruna tenha conhecido apenas em contexto de formação acadêmica-profissional, outras mulheres reconheceram que tiveram o primeiro contato com ele a partir de campanhas envolvendo movimentos sociais. Lucia, por exemplo, destaca a divulgação da Lei Maria da Penha como algo que "esclareceu muita coisa", inclusive sobre o ciclo de violência contra a mulher. Ela explica: "porque, pra mim, violência contra a mulher era só o marido chegar e bater na mulher. Eu fui compreendendo que não é só isso e fui vendo que também sofria violência – a psicológica – por parte do meu ex-marido".

Bruna e Lucia afirmaram, portanto, ter vivido o que o artefato traz como currículo. Elas não foram as únicas entrevistadas que afirmaram isso em relação às próprias experiências. Assim, cabe aqui destacar alguns aspectos curriculares do artefato. Ele chega até as mulheres por meio de ambientes de formação acadêmica-profissional e também por ações dos movimentos sociais quando da divulgação da Lei Maria da Penha. Portanto, ele circula para além das instituições formais de ensino. Ao mesmo tempo, o que ele traz de conteúdo, quando conhecido, faz com que as mulheres se reconheçam como vítimas, não em potencial, mas em relação ao já vivido.

Os artefatos, como sabemos, por meio do que lhe é próprio em termos currículo-pedagógicos, produzem sujeitos: "conduzir e conectar corpos e vidas é efeito das artimanhas de um currículo, é efeito da pedagogia que lhe é específica, efeito de suas vontades de sujeito" (Maknamara, 2020, p. 61-62). Assim, no processo de enfrentamento da violência aqui em questão, faz-se uma produção da mulher enquanto vítima da violência que o ciclo de violência contra a mulher apresenta em termos curriculares. Portanto, é um conteúdo ensinando o que anteriormente foi, em parte, vivido pelas entrevistadas.



Há ainda interpretações que contestam o referido conteúdo curricular do artefato em questão. Lena, por exemplo, afirma: "Isso tudo é muito grave. Tudo que está dentro deste ciclo começa com os xingamentos e chega até o assassinato. Essa fase de fazer as pazes não deveria existir, porque os homens não mudam". Ao contestar, ela não deslegitima todo o conteúdo, mas, ao mesmo tempo, pondera que ele deveria ser alterado considerando o comportamento do homem autor da violência. Aqui, não nos cabe questionar a veracidade da sua percepção em relação a esses homens, mas apontar que o currículo do artefato não está pronto, acabado ou fixo no olhar dessa participante da pesquisa.

As interlocutoras que não souberam reconhecer o artefato antes de ele ser apresentado para elas durante as entrevistas possuem uma interpretação bastante interessante sobre o seu currículo. Francisca assumiu que não fazia ideia de como seria o ciclo de violência contra a mulher: "Se um dia eu ouvi, não me lembro mais". Ainda assim, sugere uma possibilidade de conteúdo: "Acho que seria agressão e abuso no relacionamento". Ela foi assertiva. Ao mesmo tempo, Renata apresenta uma interpretação mais ampla sobre o tema da violência contra mulher ao ser questionada sobre o que seria o ciclo em questão. Diz ela: "Eu imagino que seja o círculo, mas eu não lembro de ter ouvido falar." Com isso, sabemos que o título (nome) do artefato já apresenta, em si, um conteúdo curricular indicativo do que se trata o tema. Mas, ao mesmo tempo, o título do artefato carrega outras representações e sentidos sobre a violência que não são necessariamente o que ele carrega intencionalmente planejado em sua execução. Renata prossegue informando que o referido ciclo "passa pro filho, pra filha" quando eles assistem a mãe sofrer violência; que ele e ela poderão viver a mesma experiência no futuro. Ela considera que "o ciclo vai só mudando de pessoa. Ela vai aceitar, né? Talvez ache que isso seja natural. Os homens vão observando a gente, percebem que você vai aceitar e começa. Se você é uma pessoa que não vai aceitar isso, pode te tratar diferente".

A possibilidade de ampliação de aspectos curriculares do artefato oferece novas formas de compreensão do fenômeno para além da complexidade do que está contido no artefato educativo em si. Nem Francisca e nem Renata estão equivocadas em suas percepções, ainda que a última se refira a um currículo que o artefato propriamente dito não tem quando pensado em sua origem. Contudo, as impressões sobre ele nos interessam em termos curriculares por entendermos que elas compõem um conjunto importante de aspectos para entender a experiência do fenômeno por meio do artefato no contexto já especificado. Dito de outro modo, mais do que o artefato, interessa-nos a interpretação delas sobre ele, porque, afinal, é sobre isso que,

em termos educativos do enfrentamento à violência contra as mulheres, precisamos nos debruçar na produção de sujeitos não vulneráveis a esse tipo de violência e sujeitos não autores dessa violência. Nisso, os processos pedagógicos do artefato também podem contribuir.

Aspectos pedagógicos do ciclo de violência contra a mulher

Ao nos referirmos a pedagogia e a este artefato em específico, é válido considerarmos que ele apresenta em si certa pedagogia da violência contra a mulher. Conforme já exposto aqui e destacado na narrativa de Joana: "O início de uma relação, a pessoa trata bem, faz elogios para conquistar". Ela prossegue explicando que "depois que conquista, começa o ciúme, ser possessivo, xingamentos e agressões. E a mulher vai relevando, perdendo, até o momento em que aquilo vira uma rotina e a mulher acaba ficando presa no relacionamento abusivo". A pedagogia da violência contra a mulher é enfrentada pelo artefato aqui analisado porque ele, em todas as suas versões acessadas, por ser curricular e pedagógico, produz valores, sentimentos e saberes considerados necessários para o fim dessa experiência. Com isso, ele regula condutas e modos de ser. Nisso, fabrica identidades e representações – por isso, constitui certas relações de poder (Sabat, 2001, p. 9) que, repetimos, são tidas como importantes para eliminar esse tipo de violência.

Nesse sentido, Joana, assim como já destacado nos aspectos curriculares, também aponta para possibilidades outras em relação à pedagogia presente no artefato em questão: "Falta a fase da denúncia". A recepção do público em relação a qualquer artefato educativo precisa ser compreendida em suas multiplicidades, agenciamentos e ressignificações – os modos e sentidos dos endereçamentos estão dados, mas não estão necessariamente pré-definidos (Ellsworth, 2001). Então, podemos pensar que, caso fôssemos completar esse roteiro curricular-pedagógico da violência contra a mulher, teríamos de incluir no ciclo o momento em que a mulher reage ao sofrimento. Mais do que um conteúdo diferente para o artefato, chama-nos a atenção a opinião de Joana por ela indicar uma experiência em que a vítima enfrenta o ciclo dado. Esse enfrentamento é pedagógico para a compreensão do papel esperado que a vítima tenha ante a violência sofrida.

Esse aspecto pedagógico "faltante", na visão de Joana, corrobora o que Renata falou sobre a experiência pedagógica da violência quando a mulher tem uma filha: "Eu acredito que a filha vendo a mãe sofrer violência poderá entender que aquele relacionamento seja normal, fazendo com que ela aceite relacionamento abusivo. Assim, esse ciclo vai continuar naquela família".

Imaginemos que, nas ações educativas de enfrentamento à violência contra as mulheres, o ciclo de violência trouxesse uma das possibilidades de enfrentamento colocada em prática pela própria mulher vítima de violência. Ensinaríamos mais do que apenas identificar um ciclo de violência, mas teríamos nele, pelo olhar de Joana, a sua própria tentativa de superação, tendo a mulher como agente principal dessa ação.

Outro aspecto dessa pedagogia da violência contra a mulher identificado pelas entrevistadas tem relação direta com a sua veracidade, pelo fato de as mulheres terem vivido parte do ciclo. Francisca, nesse sentido, considera: "Lembro que eu já passei por tudo aqui, só que eu não passei pela parte da agressão física, mas eu passei pela lua de mel, pelas promessas, pelas ameaças... medo eu nem controlava, explosão da violência; vinha as desculpas, mas fazia tudo de novo". Essa identificação de o que está no artefato com a experiência vivida tem implicações em processos variados de reconhecimento, afinal, o ciclo de violência contra as mulheres tem sido currículo-pedagogicamente usado para envolver mulheres em processos de reconhecimento enquanto vítimas, para, evidentemente, acabar com as experiências de violência. Isso tem sido possível pelo reconhecimento ser "uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem de recorrer a campos existentes de inteligibilidade" (Knudsen, 2010, p. 168). Aos nos referirmos a esses campos de inteligibilidades, apontamos para o que já citamos em relação à pedagogia da violência, mas, em especial, para o que precisa ser feito para eliminá-la, seja no nível individual da vítima ou em sentido maior, de políticas públicas.

Essa veracidade das experiências vividas que configuram as entrevistadas em um processo de reconhecimento também esteve presente quando Francisca selecionou o nome fictício para ela ser identificada na pesquisa. Ela disse que escolheu ao lembrar de uma vizinha que já foi várias vezes para o pronto-socorro por ter apanhado, sofrido golpes de facada; contou que parecia que a vizinha não iria aguentar os ferimentos, saindo desfalecida de dentro da sua casa. Assim, o reconhecimento ocorre necessariamente por um caminho comum entre histórias singulares que permite a circularidade do que torna inteligível, reconhecido (Knudsen, 2010), inclusive pedagogicamente. Hoje ela tem o rosto todo cheio de cicatrizes, dentes quebrados, e ainda continua com ele. Francisca espera o dia em que receberá a notícia que o marido de sua vizinha conseguiu matá-la.

Ante esse relato de Francisca, sabe-se que a pedagogia da violência contra a mulher tem se transformado ao longo do tempo. Isso não significa que o ciclo, enquanto artefato educativo, esteja ultrapassado, mas o quanto ele segue sendo importante nessa didática de enfrentamento da violência. Lena

reconhece essas mudanças. Segundo ela, “no dia de hoje, eu acho que as coisas ficaram mais fácil, né? Porque antigamente a gente falava com medo, né?”. Também nesse sentido das mudanças aqui apontadas, Lúcia comenta que levou anos para entender que sofria violência doméstica. Mas essa situação mudou em relação à sua filha caçula, que já aprendeu que homem não deve bater em mulher, mas respeitá-la. Inevitavelmente esse artefato em questão tem contribuído para com essas mudanças, exatamente pelo papel eficiente em termos pedagógicos que ele tem.

Nesse sentido, essas mudanças têm relação direta com a maneira que o artefato aqui em foco tem circulado. Segundo Lena, o que temos chamado aqui de pedagogia da violência contra a mulher precisa ser conhecido para que se evite o pior. Segundo ela, “Tem pessoas que, por exemplo, assiste uma televisão, mas não tá nem entendendo direito que tá falando, porque eu, às vezes, também reclamo muito disso; às vezes eu tô assistindo uma reportagem e eles falam palavras que tem pessoas que não têm estudos”. Por isso, segundo ela, o investimento tem de ser nas crianças: “Assim, falar para criança na escola, né? Aí eu acho que deveria, as crianças saíram dali já preparado, principalmente meninas.” Contudo, pondera que, no passado, mesmo em um colégio de freiras, onde estudou, aprendeu abertamente sobre o que é abuso e como se defender. Mas “hoje em dia é proibido falar isso assim”.

Portanto, uma de nossas interlocutoras reconhece o quanto o tema de gênero tem enfrentado dificuldades para ser discutido nas escolas. Na realidade sul-mato-grossense, por exemplo, essa dificuldade em termos de aprendizados sobre e na perspectiva de gênero vai além da escola, passando por museu e universidade (Duque, 2023). De forma geral, essas experiências se sobrepõem ao marcador social gênero ou sexualidade. Os movimentos antigênero na Educação também são anti-igualitários. Nesse sentido, é fundamental “ênfatisar o tensionamento desses movimentos em relação aos princípios democráticos da igualdade e da universalidade” (Miskolci; Pereira, 2019, p. 3), portanto, os riscos que são não apenas aos direitos das mulheres, mas à própria garantia da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida indicou que, em termos currículo-pedagógicos, o ciclo da violência contra as mulheres, enquanto um artefato educativo, apresenta experiências que as mulheres entrevistadas afirmaram ter vivido e/o conhecer alguém que as viveu. Considera-se, portanto, um conteúdo real e não imaginado. A veracidade do conteúdo não impediu que algumas delas sugerissem mudanças no referido artefato, ainda que ele esteja atual. Essas

mudanças passam por um reposicionamento pedagógico da mulher enquanto agenda da denúncia. Ao mesmo tempo, novas percepções levantadas indicam o quanto há a interpretação de que essas experiências são aprendidas por uma nova geração que testemunha esse tipo de violência dentro de casa e depois a reproduz, ao mesmo tempo que, ainda em termos geracionais, considere-se que as coisas tenham mudado em relação a um passado recente, quando se observa o aprendizado que filhos e filhas têm tido sobre e com o artefato.

Assim, respondemos à pergunta central deste estudo apontando para o quanto o conteúdo do artefato focado é verídico na percepção das mulheres e o quanto o que ele ensina em termos pedagógicos está demandando atualizações em termos de representação da própria mulher enquanto vítima. A pedagogia da violência contra a mulher que o artefato pedagogicamente faz circular enquanto conhecimento foi possível de ser acessada também porque, em termos teórico-metodológicos, em uma perspectiva pós-crítica, este estudo reconhece a importância do lugar de corpo da pesquisadora e também buscou contextualizar e não generalizar as prospecções dadas em entrevistas pelas participantes.

O fato de diferentes formas do ciclo de violência contra a mulher circularem como um artefato indicou o quanto ele chega endereçado a mulheres em diferentes experiências educativas, produzidas e promovidas por variadas instituições sociais. Além disso, destaca-se que, mesmo antes de ver o artefato levado para as entrevistas, as compressões – imaginadas ou não – do seu conteúdo fazem sentido para o que buscamos analisar aqui. Longe de ser um artefato facilmente assimilável por todos, devido ao vocabulário do seu currículo em contextos midiáticos, conforme apontaram os dados analisados, se faz necessário seguir promovendo a sua circulação. Em tempos anti-igualitários que temos vivido, novas análises currículo-pedagógicas desse artefato educativo seguirão sendo necessárias, mesmo porque o que ele quer produzir em termos de sujeito ainda segue urgente diante da realidade de violência contra as mulheres na região estudada e no país como um todo.

REFERÊNCIAS

Anuário brasileiro de segurança pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024.

Bernardino, Ítalo de Macedo; Barbosa, Kevan Guilherme Nóbrega; Nóbrega, Lorena Marques da; Cavalcante, Gigliana Maria Sobral; Ferreira, Efigênia Ferreira e; D'ávila, Sérgio. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. **Revista Bras Epidemiol**, Campina Grande, 19(4): 740-752, 2016.

Brasil, Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a Mulher**, Brasília, 2006.

Brasil, Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Viver sem violência é direito de toda a mulher**, Brasília, 2015.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Ed. 21ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Debert, Guita Grin. Gregori, Maria Filomena. Violência e Gênero Novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23 nº. 66, p. 166-185, 2008.

Duque, Tiago. Corpo de fala e pesquisa: autoreflexões sobre identidade e diferença. *In*: Nogueira, Gilmaro; Mbandi, Nzinga; Trói, Marcelo de. (Orgs). **Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças**. Salvador: editora Devires, 2020, p. 71-77.

Duque, Tiago. O quadro "preso" e a proibição da linguagem neutra: ofensiva antiigualitária em Mato Grosso do Sul. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 31-49, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432023000400031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2024.

Duque, Tiago. Deve o pesquisador beber catuaba? Experiências teórico-metodológicas na era digital. *In*: Oliveira, Danilo Araujo; Silva-Silva, Luiza Cristina; Sales, Shirlei (Orgs.). **Metodologias de pesquisas científicas no ciberespaço/cibercultura**. Curitiba: Appris, 2024, p. 41-59.

Ellsworth, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: Silva, Tomaz T. da. (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 7-76.

Foucault, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005.

Foucault, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. E. Brandão (trad.); Claudia Berliner (rev. trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Ed. Atlas SA, 2008.

Hall, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico**. Cidades. 2022.

Knudsen, Patrícia Porchat Pereira da Silva. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010.



Maknamara, Marlécio. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 1, p. 04-18, 2020.

Meyer, Dagmar Estermann; Paraíso, Marlucey Alves. (Orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

Miskolci, Richard; Pereira, Pedro Paulo G. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface**, Botucatu, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180353>. Acesso em: 14 jun. 2023.

Oliveira, Anderson Eduardo C. de. Políticas Públicas no Combate à Violência de Gênero: A criação de Centros de Educação e Responsabilização para Homens Agressores. *In*: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 7., 2011, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2011 p. 1-15.

Oliveira, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Paraíso, Marlucey Alves. Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: Paraíso, Marlucey Alves; Caldeira, Maria Carolina da Silva (Orgs.) **Pesquisas sobre currículo, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 23-45, 2018.

Piscitelli, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *In*: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n. 2, p. 263-274, 2008.

Ramos, Maria Eduarda. Oltramari, Leandro Castro. Atividade Reflexiva com Mulheres que Sofreram Violência Doméstica. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 418-427. 2010.

Sabat, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-21, 2001.

Steinberg, Shirley R. Kindercultura: construção da infância pelas grandes corporações. *In*: Silva, Heron Da; Azevedo, José C.; Santos, Edmilson S. dos. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre. Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 98-145.

Scott, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 16, 2012, p. 297-325.

Silva, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Steinberg, Shirley R. Kindercultura: construção da infância pelas grandes corporações. *In*: Silva, Luiz Heron Da; Azevedo, José Clóvis De; Santos, Edmilson S. dos. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre. Ed. Secretaria

*O "ciclo de violência contra a mulher" enquanto um artefato educativo:
currículo e pedagogia cultural na fronteira Brasil-Bolívia*

Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997,
p. 98-145.

Teles, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do Feminismo no Brasil e outros
ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

Submissão em 11 de abril de 2025.

Aceite em 26 de junho de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença
permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu
trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido
crédito pela criação original. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>